

Memória familiar, história política e tempo presente: a circulação do arquivo pessoal de Getúlio Vargas durante o regime militar

Letícia Borges Nedel*

Ao remeter à idéia de deslocamento entre os universos doméstico e institucional, a designação de certa forma ambivalente dos arquivos pessoais já sinaliza o caráter problemático de seu estatuto historiográfico, arquivístico e patrimonial. Sua inscrição entre dois mundos anima aproximações contraditórias, desperta interesses múltiplos, alimenta uma circularidade nem sempre consentida entre as experiências metodológicas da pesquisa, os investimentos comerciais de editores e a curiosidade do público sobre os bastidores da atuação de personalidades públicas. Inversamente, a natureza equívoca desses conjuntos contribui para que dentro da reflexão arquivística eles ainda ocupem um lugar periférico, que se reflete na escassez de literatura específica sobre o tema e nas incertezas metodológicas quanto ao tratamento desse tipo de material.

Enfrentar analiticamente essas aproximações e desencontros supõe reconhecer que tanto a trajetória institucional dos arquivos quanto os valores e características atribuídos aos diferentes acervos são tributários de uma sucessão de trocas materiais e simbólicas realizadas, entre outros meios, pela reunião e transmissão de documentos. Artefatos mediadores entre os mundos sensível e intangível, os invólucros documentais materializam uma ordem de valores que orienta seus usos e sua circulação. Expostos às intervenções dos titulares, dos herdeiros e das instituições de custódia, os papéis originalmente produzidos ou acumulados no espaço da intimidade ressurgem em novos contextos, investidos de novos significados. Ao longo do processo, adquirem fisionomias distintas, vinculadas aos usos que dele fazem diferentes os atores sociais.

Vão-se os dedos, ficam os anéis, que vão vestir outros dedos. É neste sentido que John Randolph (2005), inspirado nas reflexões de Appadurai (2008), justifica a escolha de uma abordagem biográfica dos arquivos, compreendo-os como coisas investidas de significados à medida que circulam socialmente. A metáfora biográfica lembra-nos, assim, de que em sua materialidade, os arquivos não se restringem a servir de

* Professora adjunta do Departamento de História da UFSC.

ferramenta para a História. Produzem história sendo, ao mesmo tempo, objeto dela. Suas histórias particulares começam antes das intervenções de arquivistas ou do escrutínio dos historiadores. Suas histórias, próprias e das vidas que permitem retratar, os articulam a outra de maior duração e envergadura. Uma história que os ultrapassa e os conecta ao que está fora do arquivo, ao que talvez nem tenha sido registrado, ou ao que dele tenha sido excluído.

Este trabalho pretende repensar a relação dos historiadores com o tempo e seus registros, fazendo intervir sobre a dimensão narrativa dos arquivos, já sublinhada pela epistemologia histórica que privilegia sua textualidade, suas dimensões prática e material. Como estratégia de análise, examina parte da trajetória percorrida por um arquivo em particular: o espólio documental de Getúlio Vargas, um fundo dotado de grande riqueza temática, há mais de trinta anos intensamente consultado por pesquisadores da história republicana e desde 2007 consagrado Patrimônio Nacional pelo Comitê Brasileiro do Programa Memória do Mundo da Unesco. Ao dimensionar o peso das redes de reconhecimento pessoal atuantes no curso de seu deslocamento pelos ambientes doméstico e institucional, minha exposição enfocará as formas de apreensão da história e do arquivo mobilizadas por herdeiros e usuários envolvidos nas disputas que cercaram sua disponibilização à consulta durante o regime militar.

Essa intenção é movida por minha própria experiência de arquivos. Cumpre dizer que o lugar de onde falo é o de uma historiadora que há muito tempo lida com fontes históricas, mas é apenas familiarizada com o universo teórico e prático da arquivologia. Esse processo de familiarização teve início em 2006, no decurso de um estágio pós-doutoral realizado no Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Reconhecida instituição acadêmica especializada na guarda e conservação de arquivos de membros da classe política republicana, o CPDOC teve sua criação, em 1973, diretamente condicionada à custódia do legado documental de Getúlio. Ali, quase trinta e cinco anos depois da recepção do arquivo pessoal de Vargas, fui convidada a participar, na condição de pesquisadora bolsista e junto com Regina da Luz Moreira, da organização de um arquivo “vizinho” ao de Getúlio Vargas – o arquivo de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha, herdeira e guardiã da memória do estadista. Foi, portanto, do arquivo pessoal de Alzira (o fundo AVAP) que extraí as fontes que me permitem, agora,

vislumbrar a participação do arquivo de Vargas (fundo GV) nas disputas políticas e acadêmicas da história recente do Brasil.

Arquivo, memória e verdade histórica

Diferente do que ocorre no campo dos estudos literários, onde os chamados egodocumentos são há muito tempo valorizados como entrada privilegiada para a análise do processo criativo de escritores, nos domínios da História os arquivos pessoais têm uma trajetória mais irregular. Feita de adesões e recusas, ela parece ter-se estabilizado no auge do poder de atração desse tipo de documentação sobre os historiadores. Depois de prestigiados pela escola metódica e rejeitados pelos estruturalismos de diferentes matizes, os arquivos pessoais cumpriram, afinal, um destino próximo ao da biografia e da história política. Há cerca de quarenta anos, foram “redescobertos”, orientando material e discursivamente as incursões analíticas de historiadores e epistemólogos que, em intenso debate com a teoria literária, a filosofia da linguagem e a antropologia, operaram o deslocamento do próprio estatuto epistemológico da prova documental ao investirem sobre o nível micro das interações indivíduo e sociedade, história e memória.

Decisiva para os arquivos, essa transformação a um só tempo histórica e historiográfica não poderia deixar de atingir também as noções correlatas de indivíduo, documento, verdade, tempo, memória, história. Como sugere Ângela de Castro Gomes (2004), o esgotamento de uma idéia de verdade factual, objetiva e unitária, conecta a história de uma História que reavalia seus limites e potencialidades às atualizações de nossa cultura individualista. Cultura que abriga, junto com outras modalidades biográficas, a constituição de uma identidade de si (ou de outrem, de um legado¹) realizada pela acumulação documental.

Nesse contexto sociocultural que, como sabemos, caracteriza-se por um grande “apetite de memória”², novos sentidos foram sendo agregados à noção de verdade. Nomeadamente o sentido de “sinceridade”, associado às idéias de foro íntimo e de

1 Cf. Heymann, 2005.

² Expressão de François Hartog (2005).

experiência de vida. A noção passou a comportar, a partir daí, a subjetividade profunda e a dimensão fragmentada da vida e da memória de cada indivíduo. “A verdade, sem prejuízo de solidez, passa a ser pensada em sentido plural, como são plurais as vidas individuais, como é plural e diferenciada a memória que registra os acontecimentos da vida.” (Gomes, 2004. p. 14) Daí que aos historiadores de hoje não seja lícito esperar dos arquivos o registro objetivo de fatos. Em lugar disso, espera-se que construam **a partir** dos arquivos - eles próprios construções anteriores - fontes que documentem a repercussão subjetiva de acontecimentos singulares, gestados e experimentados pelos atores sociais, individual e coletivamente.

A história institucional dos arquivos pessoais e as demandas do tempo presente

No Brasil, o investimento sobre a utilização dos arquivos pessoais como fonte histórica encontra-se na confluência do processo da criação de centros de documentação destinados à pesquisa, ao tratamento, guarda e conservação desse tipo de acervo. Tal movimento entrelaça a trajetória institucional dos arquivos pessoais às demandas de memória presentes no debate cívico em um momento particularmente tenso da história política brasileira – o regime militar. Naquela conjuntura, junto com “o retorno ao arquivo” e o investimento sobre um tema candente de análise – o “autoritarismo” – outro acontecimento historiográfico vinha sendo gestado: a atração de pesquisadores pela escrita de uma história temporalmente próxima dos autores – uma história contemporânea no sentido etimológico da palavra³.

Como na França, no Brasil o despertar do interesse de pesquisa sobre os arquivos pessoais teve a história política contemporânea como principal fonte de inspiração. À diferença de que, aqui, não foram os historiadores nacionais os protagonistas desse processo, tensionado que foi pela conjuntura repressiva dos anos setenta, quando se realizaram os primeiros congressos brasileiros de arquivologia e surgiram os primeiros centros de documentação ligados à pesquisa.

³ “ou seja, uma História (...) na qual o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua. A partir de uma compreensão sobre uma época que não é simplesmente a compreensão de um passado distante, mas uma compreensão que vem de uma experiência da qual ele participa como todos os outros indivíduos.” Rousso, Henri. In: AREND e MACEDO, 2009.

Resultado de uma viva mobilização de acadêmicos e arquivistas em favor da preservação da memória documental do país, esses eventos têm repercussões distintas sobre a trajetória institucional dos arquivos pessoais no Brasil. Ausentes da teoria arquivística, sua estréia não se deu nas instituições de memória, mas na área da pesquisa acadêmica. Nesse campo, a entrada institucional dos arquivos pessoais é atravessada pelo conflito com pesquisadores estrangeiros, sobretudo os norte-americanos conhecidos como “brasilianistas”.⁴ No auge da ditadura militar, o interesse desses historiadores pelo passado político latino-americano e brasileiro, assim como o seu acesso privilegiado, muitas vezes pelo alto e por vias extra-oficiais, a fontes em geral inacessíveis aos intelectuais do país, alimentou na grande imprensa, nos encontros acadêmicos e nas instituições políticas uma acalorada discussão sobre a legitimidade da presença estrangeira em nossos arquivos. O debate chamou a atenção para uma série de questões importantes, como a da segurança e preservação da memória documental do país, o espaço ainda diminuto ocupado pela pesquisa social nas universidades, o potencial heurístico dos arquivos pessoais, a conveniência do recurso aos testemunhos diretos nas pesquisas sobre o passado imediato, a imperiosidade de uma escrita até então pouco praticada pelos historiadores, como a da história contemporânea.

Diante do vazio historiográfico existente sobre o passado político recente, a abundante produção aportada pelos brazilianistas, mesmo sendo identificada por muitos como metodologicamente inconsistente e politicamente mal-intencionada, indiretamente estimulou o aumento dos investimentos de pesquisa na área. (Moreira, 1990; Lippi, 2009) O número significativo de centros de documentação, todos especializados em arquivos pessoais, surgidos no intervalo de apenas três anos, entre 1971 e 1973⁵, sendo

⁴Noção cunhada no Brasil para referir os estudiosos estrangeiros interessados em assuntos brasileiros. Foi usada pela primeira vez 1969 por Francisco de Assis Barbosa em apresentação ao livro de Skidmore, *Brasil, de Getulio a Castelo*. A palavra, seguidamente acompanhada de outra noção – o brasilianismo – designava de forma pejorativa os beneficiários dos vultosos financiamentos para pesquisa liberados pelo governo norte-americano nos anos 60/70 . A revolução cubana de 1959 e, posteriormente, o golpe de 1964, foram eventos determinantes desse interesse sobre a América Latina em geral e o Brasil em particular. A repercussão alcançada pelo investimento norte-americano na pesquisa sobre a América Hispânica – a qual tomava parte em uma estratégia mais ampla de reorientação de sua política externa – envolveu, além dos efeitos de uma conjuntura política de exceção no Brasil, a assimetria entre um sistema universitário plenamente configurado e outro, onde o exercício regular da pesquisa ainda estava por se consolidar.

⁵ Entre 1971 e 1973 foram criados, além do CPDOC da Fundação Getulio Vargas, que é de 1973, o Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas -, Unicamp (1971) e o Centro de Memória Social Brasileira, do Conjunto Universitário Cândido

dois deles voltados para a política recente, mostra a urgência com que o movimento de “volta aos arquivos” no Brasil conferiu relevância a um tipo de documentação que até ali despertara pouca ou nenhuma curiosidade científica. É, de fato, somente no contexto marcado pela censura e pelo autoritarismo político que o passado recente, os arquivos pessoais e a documentação oral impõem gradativamente seu valor à parcela significativa da comunidade científica nacional.

Não é casual que, em tal contexto, os arquivos pessoais tenham vindo à cena sob custódia de institutos de pesquisa. A frustração política do momento trazia muito o que pensar sobre a experiência das últimas décadas. As razões e descaminhos de uma vida democrática periodicamente interrompida, o aparente conformismo de um proletariado em nada semelhante às caracterizações dos autores clássicos; os pendores golpistas de nossos militares, tudo isso pedia uma explicação documental e fundamentada.

Tanto quanto a democratização do acesso à informação estava em jogo a necessidade de renovar os parâmetros da teoria política elaborada até ali. E sintomaticamente, não serão os historiadores quem se encarregarão dessa nova história política. Será um grupo combativo de jovens cientistas sociais, egressos ou atuantes em instituições como IUPERJ e Cebrap, então em luta por firmar posições no exíguo campo institucional de pesquisa da época.

Dessa geração tomaram parte Celina do Amaral Peixoto, filha de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, mestre em Sociologia Política pelo IUPERJ que acabava de chegar da Sorbonne, onde iniciara estudos de Doutorado e Aspásia Camargo, assistente de pesquisa Cândido Mendes, de quem Celina fora aluna na PUC/Rio. Com a volta de Aspásia, que concluía seu doutorado na França, as duas amigas, contando com a colaboração de Alzira e de Ernani do Amaral Peixoto, inspiradas pelo exemplo cebrapiano e à época bastante próximas da sociologia paulista, fundariam o CPDOC. Nos anos subsequentes, outras pesquisadoras egressas do Iuperj, como Lucia Lippi Oliveira, Ângela de Castro Gomes, Rosa Maria Barbosa de Araújo e Marieta de Moraes Ferreira se somariam à equipe da instituição. Nela, lançariam as bases de uma nova abordagem dos arquivos e da história política contemporânea do Brasil.

Mendes (1972), onde atuava o historiador Hélio Silva. Do mesmo ano é o Arquivo-Museu de Literatura brasileira, sediado na Fundação Casa de Rui Barbosa.

O terreno para isso era vasto, mas baldio. As pesquisadoras sentiam, como depôs Aspásia, que, “intelectualmente, a década de trinta era uma década de ninguém, que não se tinha ainda refletido e aprofundado nada sobre aquilo.” (In: D’Araújo, 1999, p. 241). De fato, à parte algumas exceções, a maioria dos historiadores de então concordava com o professor de Boris Fausto na USP, para quem “a História se conta até o fim da monarquia e depois começa a política” (Fausto, depoimento, 2009, p. 18). Da parte dos cientistas sociais, onde a resistência ao “tempo presente” era, por motivos óbvios, menos acentuada, havia, em compensação, uma atitude de certo desdém para com os arquivos e a empiria, o que certamente não contribuía para a valorização desses acervos. Mas o evidente desencontro da teoria política com os fatos tinha lá o seu poder de persuasão. Muitos pesquisadores, em especial os sociólogos da política, acabaram convencidos pela própria experiência histórica da necessidade dos arquivos para compreensão do presente. Como testemunhou Lucia Lippi de Oliveira, percebia-se, já tarde, que tudo o que se tinha previsto em termos de revolução social até ali dera errado.⁶ Pairava o sentimento de que uma sociologia política mais próxima dos acontecimentos, menos incauta do que a tradição ensaística, menos ingênua do que a erudição documentária e mais distanciada de teorias pré-fabricadas, pudesse explicar as bases históricas do regime ao qual se lançara a sociedade brasileira. (Oliveira, 2010)

Os arquivos de pessoas ligadas aos acontecimentos da revolução de trinta, do Estado Novo, à redemocratização e à instalação de um novo regime ditatorial figuravam como ferramenta indispensável ao cumprimento dessa missão ao mesmo tempo crítica e autocrítica. Ma os obstáculos para chegar a eles eram inúmeros, pois os arquivos públicos estavam fechados à consulta, e os arquivos pessoais se encontravam sob guarda de herdeiros e personagens vivos da história política. Neste contexto, o arquivo pessoal de Getulio Vargas, que há anos vinha circulando informalmente entre pesquisadores próximos ou amigos de pessoas próximas à herdeira desse espólio, adquiriu um sentido e um valor estratégicos. Ciente dele, e incentivada pela filha Celina,

⁶ “Tinha uma coisa a nosso favor: quer dizer, as interpretações sobre a história brasileira, sobre o que seria o processo histórico estavam em baixa porque tinha dado tudo errado, não é? Então, vamos dizer assim, pelo menos tinha a abertura de que você devia retomar aquele tempo. Isso também quem já trabalhou os brasilianistas mostra como é... Os brasilianistas, em sua maioria historiadores, tiveram uma melhor recepção no Brasil pelos cientistas sociais, não pelos historiadores.” (OLIVEIRA, 2009, p. 5).

Alzira Vargas do Amaral Peixoto doa, em 1973, o arquivo de Getúlio à fundação que leva o nome de seu pai.

Em depoimento de 1999, Celina menciona as intenções ao mesmo tempo acadêmicas e monumentalizantes que a levaram a criar o CPDOC: “Uma mistura entre a visão da universidade, ou seja, de que era necessário conhecer a realidade, e a preocupação de guardar a memória de Getúlio, herdada de minha mãe, me fez imaginar que eu poderia criar uma instituição que associasse as duas coisas.” (Amaral Peixoto, 1999, p. 229).

A doação e a escolha da instituição receptora foi calculada, discutida, negociada e viabilizada em família. Na discussão, pesaram a conjuntura política repressiva da época, o conteúdo (potencialmente explosivo) do arquivo e os modelos institucionais então existentes. No conjunto de quesitos, a Fundação Getúlio Vargas levava evidente vantagem. Ela vinha sendo dirigida, desde a criação, em 1944, por Luís Simões Lopes, fiel aliado político de Getúlio, amigo de Alzira e antigo colega de serviço no gabinete da presidência. Nela, encontravam-se os nomes da geração de trinta ainda em atividade, como Benedicto Silva, Themístocles Cavalcanti e Afonso Arinos, além dos antigos assessores do diretor. Simões Lopes, por sua vez, solidário e reverente à memória do ex-chefe e correligionário, estava disposto a criar, na FGV, uma unidade expressamente destinada à custódia do espólio documental de Getúlio, futuramente batizada Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). A instituição, até 1985 ligada ao Instituto de Direito Público e Ciência Política (INDIPO) seria entregue aos cuidados de Celina, neta e filha de seus amigos, menina que vira crescer e que seria tratada como uma espécie de “filha” (Amaral Peixoto, 1999, p. 231)

Dessa forma, o espólio documental de Vargas teve sua entrada institucional condicionada, de um lado, pela conjuntura política e acadêmica da ditadura e, de outro, pela fluidez das fronteiras entre o público e o privado.⁷ Se a posição familiar contribuía

⁷Não só o arquivo de Vargas, mas o conjunto do acervo atualmente custodiado pelo CPDOC é, a esse respeito, emblemático. A aquisição de boa parte dos fundos deve-se às gestões de Celina e de Alzira, junto aos herdeiros de ex-auxiliares e contemporâneos de Getúlio, trazidos ao conselho de doadores da Fundação. Autora de trabalhos importantes na área da legislação arquivística, ex-dirigente do Arquivo Nacional, Celina permaneceu à frente do CPDOC até 1990, quando passou a exercer as funções de superintendente e depois sucessora de Simões Lopes (entre 1993 e 1997). Mentor da Fundação e do DASP, do qual foi Diretor entre 1938 e 1943, Simões Lopes permanece à frente da FGV até um ano antes de sua morte, em 1994. Em abril de 1993, Luís Simões Lopes deixa a presidência para ocupar o cargo de Presidente de Honra da FGV. Falece em fevereiro de 1994, e seu arquivo encontra-se depositado no CPDOC.

para a escolha da FGV, a situação política desaconselhava qualquer esforço no sentido de levar o arquivo para dentro de universidades, àquela altura devassadas pelas forças de repressão. Ao mesmo tempo, o interesse e a familiaridade dos brasilianistas com o arquivo e com a herdeira dos documentos trazia para o CPDOC uma clientela de potenciais aliados⁸ dentro de um ambiente acadêmico em nada favorável às investidas “empiricistas” dos pesquisadores do centro.⁹ Em que pese “mal vistos” pelo establishment da pesquisa social da época, os iniciadores de estudos sistemáticos sobre a primeira república não só eram bem providos de recursos financeiros para realizar as atividades acadêmicas, como acabaram intermediando contatos do CPDOC com agências internacionais que, nas duas primeiras décadas de funcionamento da instituição, sustentaram financeiramente projetos encampados pelo centro, sobretudo no campo da História Oral. (D’Araújo, 1999) Finalmente, a solução negociada entre Alzira, Celina, Ernani e Simões Lopes permitiu abrigar, dentro de uma instituição de viés conservador (ou pelo menos acima de qualquer suspeita aos olhos do regime), um instituto de pesquisa freqüentado por jovens intelectuais de esquerda – instituição para a qual o arquivo, entendido como monumento à memória de Vargas, fazia as vezes de salvo conduto e pedra fundamental.

Contudo, nos anos imediatamente anteriores à criação do CPDOC, o peso exercido pelas redes de reconhecimento pessoal na disponibilização de acervos documentais, sobretudo aqueles referentes aos capítulos mais recentes da história republicana, vinha repercutindo desfavoravelmente nos meios intelectuais. Entre os envolvidos na polêmica estavam dois dos mais assíduos freqüentadores da residência de Alzira, onde percorriam os arquivos de Vargas em meio a longas “aulas de história”¹⁰ oferecidas pela

⁸“ Elesvinham consultar os arquivos, mas tinham que “pagar pedágio” fazendouma palestra, falando sobre o que estavam fazendo no momento. Eles tomaram conhecimento do nosso trabalho e viram que íamos melhorar a vida deles, pois em vez de irem para a sala de jantar da dona Alzira pesquisar o arquivo Vargas, teriam uma sala no CPDOC e um acervo organizado.” (Amaral Peixoto, 1999, p. 239)

⁹“Enfrentamos a resistência do historiador tradicional, que nem nos levava em consideração porque achava que éramos um centro de crianças. Historiadores que poderiam estar mais próximos, como José Honório Rodrigues e Hélio Silva, que trabalhavam com documentos, não nos deram muita atenção. De outro lado, o pessoal da área de ciências sociais, que tinha uma formação teórica mais rigorosa, insinuava que estávamos fazendo uma brincadeira. Para eles, partir do fato para a interpretação era percorrer o caminho inverso dos teóricos das ciências sociais. Tivemos muitos problemas, não éramos reconhecidos e não éramos chamados para falar. (...) só falávamos na periferia da academia.” (Amaral Peixoto, 1999, p.238)

¹⁰ Carta de Stanley Hilton a AVAP (13/02/1980). AVAP gv acgv 1944.05.05.

depositária dos papéis. Entrincheirados em campos opostos - do lado “ianque” Stanley Hilton; do lado “nacional” Hélio Silva – ambos tiveram também um papel desbravador nessa história sujeita aos riscos, solicitações e desmentidos do presente.

Ao participar do Primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia, no Rio de Janeiro em 1972, Hilton acabara de ser contratado pela Capes para implantar e dirigir o Centro de Estudos de História Contemporânea do Brasil, núcleo ligado ao Arquivo Nacional, onde coordenaria a catalogação de documentos relativos ao período 1925- 1959¹¹. No congresso, o historiador apresentou o trabalho intitulado “O Estudo da História Contemporânea”, onde lamentou o descaso dos historiadores brasileiros para com esses estudos, atribuindo-o a um “traço básico do comportamento social brasileiro”: o “personalismo, ou seja, uma ênfase no relacionamento pessoal” que, lamentavelmente, deixava “a história mais recente [. . .] como domínio do jornalista ou do historicista.” Helio Silva, historiador veterano do jornalismo político, que estava na platéia, imediatamente interrompeu o expositor para demonstrar a índole falaciosa de suas declarações. Foi impedido pelo presidente do congresso, que diplomaticamente eximiu o professor norte-americano de responder às interpelações. Encerrado o evento, as acusações continuam pela grande imprensa¹², com novas declarações de Silva e da representação “brasileira” da contenda.¹³

Menos de uma semana mais tarde, Hilton viu a discussão repercutir no Congresso Nacional pela voz do esposo de sua “patroa”¹⁴, o senador Ernani do Amaral Peixoto. Este, em pronunciamento no Parlamento, argumentara que todos os países do mundo procediam no sentido contrário ao adotado pelo governo brasileiro, declarando não

11Carta de Stanley Hilton à AVAP (05/03/1972). Avap, gv acgv 1944.05.05.

12 “A grande verdade é que muitos pesquisadores e historiadores, no Brasil, procuram esconder certos fatos para não ferir susceptibilidades de parentes vivos de vultos famosos e destruir o culto das personalidades que só deveriam ser lembrados pelo seu lado mau” - afirmou ontem o diretor do Arquivo Nacional, Raul do Rego Lima, apoiando a tese defendida, na semana passada, pelo professor norte-americano Stanley Hilton.” In: “Pesquisa falha, admite diretor do arquivo”. O Estado de São Paulo: 24/10/1972, p. 19

13 “História abre polêmica em congresso no Rio”. O Estado de São Paulo: 20/10/1972, p. 12.

14 O apelido com que Stanley Hilton se dirigia a Alzira fazia uma alusão brincalhona ao mesmo modo com que Alzira costumava se dirigir ao pai.

compreender “que se entregue no Brasil uma parte da nossa História – a dos últimos 50 anos da vida política – a um cidadão estrangeiro”.¹⁵

A julgar pelos documentos disponíveis no fundo Avap, Helio Silva, de quem era amiga há muito mais tempo, era depositário de maior confiança. Grande intermediador dos contatos de Alzira com o mundo acadêmico, somente ele detinha a prerrogativa de levar documentos para casa. As relações de Alzira com Hilton, embora abaladas, seriam, ainda assim, retomadas, mas não é o destino das amizades que se pretende destacar aqui. O que interessa ressaltar deste episódio é a forma com que Alzira faz da atuação política pregressa e de sua reconhecida competência testemunhal a senha para introduzir-se já não como personagem da história, mas como **agente colaborador da historiografia**. Em outras palavras, “Dona Alzira”, como até hoje é chamada pelos funcionários mais antigos do Centro, aliou-se ao projeto fundador de uma história política contemporânea do Brasil, mas não de **qualquer** história contemporânea do Brasil. Apenas de uma história assente com seus princípios de interpretação.

Nesse domínio trilhou o caminho dos bastidores, onde reempregou todos os métodos aprendidos com a experiência familiar da política. No contato com os brasilianistas, continuou praticando-a da mesma forma que marcou seu desempenho no tempo em que era conhecida na crônica dos jornais como *Alzirinha*. Suas estratégias de ação baseavam-se nos mesmos princípios de informalidade e de fidelidade ao clã; de controle da informação, de seletividade e vigilância em um sistema de trocas onde o carisma e a pessoalidade eram ingredientes fundamentais.

A correspondência pessoal de Alzira, também arquivada no CPDOC, mostra que, na luta por “restabelecer a verdade” sobre os falsos pendores ditatoriais de seu pai, ao invés de privilegiar aparições constantes na imprensa, preferiu estabelecer um diálogo mais próximo, constante e duradouro com um grupo restrito de freqüentadores do arquivo,

¹⁵ ANAIS DO SENADO FEDERAL, República. 1972, Livro Vol. 12. Disponível na internet: <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais>. Consulta em 15/3/2008. Sem encontrá-la em casa, deixa o seguinte recado: “Patroa. Bastante confuso e magoado, passei aqui para falar com a senhora e o Senador sobre o discurso pronunciado no Senado 5a. Feira passada, discurso que só li na íntegra hoje. Já que a senhora me conhece tão bem, e sabe quanto são falsas as informações que andam repetindo, quero crer que o discurso não foi publicado [exatamente?]. Telefonarei depois. Um abraço do mesmo amigo e admirador de sempre, Stanley.” Bilhete de Stanley Hilton a Avap, Rj, 30/10/72. Anexo ao bilhete, encontra-se anexado o recorte de jornal, sem data, com a manchete: “Peixoto não quer que americano examine documentos brasileiros” –AVAP gv acgv 1944.05.05, pasta I.

presos às suas redes de conhecimento. Junto com a prévia investigação de idoneidade dos autores, a disponibilização do arquivo à consulta demandava, da parte da herdeira, o exame dos textos produzidos pelos pesquisadores. Não se tratava de uma simples troca de favores temporariamente limitada pelo período da pesquisa. Tratava-se, de selar, por meio do arquivo, sempre que possível e depois de cuidadosa negociação, um acordo tácito, quase confidencial: o compromisso mútuo de pôr a história do país a serviço da memória familiar. Alzira cobrava partido dos autores, opinava sobre os resultados das pesquisas e lia tudo o que era enviado na forma de artigos, livros, teses e conferências. De modo significativo, os resultados das consultas eram avaliados por ela em termos de “honestidade” - palavra que não se confundia, absolutamente, com neutralidade. Além de Hilton, a troca com outros americanistas era intensa. Mas o exemplo mais representativo nesse sentido, foram os métodos nada sutis de convencimento empregados com John Foster Dulles, que no início de 1965 já havia passado pelo arquivo de Getúlio e vinha freqüentando arquivos e amigos de Alzira. Antes de encerrar, vale a pena citar a carta em que Estanislau Fischlowitz, comenta com a amiga a revisão, feita por ambos, do livro *The Vargas Story*, de Dulles.

Ilustríssima amiga, Dona Alzirinha, Fiquei muito triste, tristíssimo, sabendo que a Prezada Senhora não pôde honrar a m. família com a sua participação no jantar de ontem [...]. Foster Dulles revelou-se em contatos pessoais, de acordo com a sua impressão pessoal, Dona Alzirinha, gringo relativamente ‘simpaticone’. O trabalho, árduo e laborioso, da Prezada Senhora com a revisão do manuscrito dele deu resultados esperados. Aquele yankee aceitou quase 98% de ss. emendinhas e, de mesmo modo, quase todas de m. Aatoria. Assim, o vulto do dr. Getúlio ressaltará na monografia em apreço de modo conforme às nn. idéias comuns. Haverá celeuma terrível no meio de antigetulistas e imagino que meterão pau em mim. Não importa! – P a r a b é n s!” (AVAP gv acgv 1944.05.05. Pasta I.)

Como se vê, a intenção de desmentir, pelo recurso aos documentos familiares, as “falsas” interpretações sobre o Estado Novo nunca foi abandonada pela primeira detentora dos arquivos. Esse objetivo define a utilidade do acervo no “dever de memória” (Heymann, 2007) vislumbrado pela herdeira, levando-a a investir pesadamente no controle da memória histórica fabricada a partir dos documentos que mantinha em seu poder. Convicta de que a política se faz com pessoas, não com partidos, a guardiã projetava sobre os estudiosos o mesmo compromisso de fidelidade exigido dos antigos aliados políticos.

É a existência física do arquivo que possibilita essa troca. Ao abrir mão dele, Alzira teve de renunciar ao controle dos que o freqüentavam. Ainda assim, tentou estender o esquema de censura prévia à produção dos pesquisadores do CPDOC, no que foi impedida pela filha, diretora da instituição:

Na minha cabeça sempre foi cristalino que o CPDOC não seria uma instituição getuliana. Queria uma instituição que estudasse um período que marcou o país — e quanto a isso não tenho dúvidas. Posso até ter recebido alguma crítica, mas tenho tranqüilidade para dizer que nunca quis criar um “mausoléu”, mesmo porque sempre tive aversão ao estilo laudatório, ao estilo populista. Tanto que nunca fiz disso meu projeto de vida. Mesmo minha mãe, que me pedia para ler as coisas do CPDOC antes de serem publicadas, muitas vezes não foi atendida. Lia depois de publicadas. E muitas coisas ela leu, não gostou, mas teve que engolir. De minha parte, sempre tive muito claro dentro de mim que, em torno do arquivo de Getúlio, eu iria criar um centro de reflexão sobre o Brasil.” (Peixoto, 1999, p. 240)

Na sua condição de artefato, ferramenta e produto de um trabalho árduo de recomposição criativa do passado, o fundo familiar dos Vargas nos revela as múltiplas motivações, dimensões e temporalidades das quais se reveste o ato de lembrar. Ele registra o significado conferido à acumulação documental não apenas por titulares e herdeiros, com seu projeto de recomposição da identidade pessoal e de grupo fraturada pela tragédia, mas também para os intérpretes e construtores da história política no Brasil. Neste ponto os arquivos de Getúlio e Alzira são inseparáveis. O arquivo de Alzira dá inteligibilidade ao arquivo de Getúlio, na medida em que documenta seus usos. O arquivo de Getúlio participa ativamente da trajetória biográfica representada no e fabricada pelo arquivo de Alzira. E, ao lado das ações que estão na origem do acervo, definindo para ele um sentido biográfico e uma trajetória pública, ambos os arquivos registram o também histórico relacionamento da História com as fontes, gravando no entretexto das narrativas que constrói sobre o passado, os condicionantes menos visíveis da sedução exercida pela memória. Neste sentido, a chave do deslocamento me parece estratégica. Ela se aplica particularmente bem ao que talvez seja a maior singularidade dos conjuntos pessoais em relação a outros tipos de configuração documental: sua situação em uma zona da fronteira – como toda fronteira, móvel – entre a casa e a rua, entre o individual e o coletivo, entre memória e história, entre arquivos e coleções.

Referências Bibliográficas

AREND, Sílvia M. Fávero e MACEDO, Fábio. 2009. “Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201– 216, jan./jun.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. *XIV Congresso Brasileiro de Arquivologia. A arquivologia e a construção social do conhecimento..* CD ROM Comemorativo. Documentos Digitalizados dos Anais e das Revistas Arquivos e Administração. Rio de Janeiro, 2006.

APPADURAI, Arjun. *A vida Social das Coisas. As mercadorias sob uma Perspectiva Cultural*. Niterói: Ed. UFF, 2008.

CAMARGO, Aspásia. Entrevista. In: D’ARAÚJO, Maria Celina (org.) *Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

FAUSTO, Boris. Boris Fausto (depoimento, 2009). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2010. 28 p

GOMES, Ângela de Castro. (org.) 2004. *Escrita de Si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV.

_____. “A guardiã da memória”. 1996. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez.

_____. 2009. « O Indivíduo Fora do Lugar ». *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n.2, pp. 40-57, jul-dez 2009.

HARTOG, François. *Evidence de l’Histoire*. Paris: Gallimard, 2005.

HEYMANN, Luciana Q. 2005. *De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de " legados"* . Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Trabalho apresentado no I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania apresentado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2-4 de ago de 2005.

MASSI, Fernanda Peixoto. « Brazilianismos, ‘brasilianists’ e discursos brasileiros ». *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 3, pp. 45-65, no. 5, 1990.

MICELI, Sérgio. *A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Sumaré, 1990

MOREIRA, Regina da Luz. “Brazilianistas, historiografia e centros de documentação.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 3, pp. 66-74, no. 5, 1990.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio, meu pai*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1960.

_____. (depoimento, 1979). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC-História Oral, 1981, 130 p. dat.

PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. Entrevista. In: D’ARAÚJO, Maria Celina (org.) *Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. (depoimento, 2009). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2010. 28 p.

RANDOLPH, John. “On the Biography Bakunin Family Archive”. In: BURTON, A. *Archive Stories. Acts, Fictions, and the writing of history*. Duke University Press, 2005.